

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE COMO INSTRUMENTO DO
PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO DO IMPOSTO DE RENDA PARA AS PEQUENAS E
MÉDIAS EMPRESAS

MARCOS DAVID FERMINO

FLORIANÓPOLIS

2003

MARCOS DAVID FERMINO

A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE COMO INSTRUMENTO DO
PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO DO IMPOSTO DE RENDA PARA AS PEQUENAS E
MÉDIAS EMPRESAS

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Departamento de Ciências Contábeis, do Centro Sócio-
Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina,
como requisito parcial para a conclusão do curso e
obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador : Guilherme Júlio da Silva, Msc.

Florianópolis – SC

2003

Fermino, Marcos David

A Importância da contabilidade como instrumento do planejamento tributário do imposto de renda para as pequenas e médias empresas / Marcos David Fermino. Florianópolis : 2003.

45 p. ; 30 cm

Monografia (bacharelado) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2003

I. Título: A Importância da contabilidade como instrumento do planejamento tributário do imposto de renda para as pequenas e médias empresas.

TERMO DE APROVAÇÃO

MARCOS DAVID FERMINO

A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE COMO INSTRUMENTO DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO DO IMPOSTO DE RENDA PARA AS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Esta monografia foi apresentada como trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota 7,5, atribuída pela banca examinadora integrada pelos professores abaixo nominados.

Compuseram a banca :

Orientador: Prof. Guilherme Júlio da Silva, Msc.

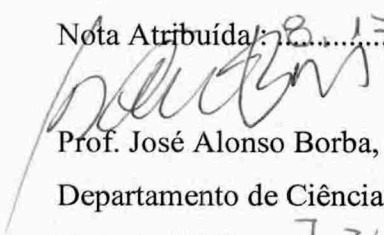
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

Nota Atribuída :7,05.....


Prof. Ari Ferreira de Abreu, Dr.

Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

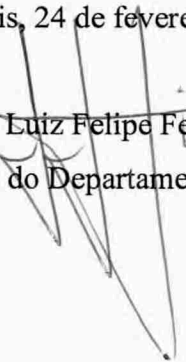
Nota Atribuída :8,17.....


Prof. José Alonso Borba, Dr.

Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

Nota Atribuída :7,24.....

Florianópolis, 24 de fevereiro de 2003.


Prof. Luiz Felipe Ferreira

Coordenador de Monografias do Departamento de Ciências Contábeis

AGRADECIMENTOS

A conclusão desta monografia faz parte da concretização de uma meta. Foram oito anos dedicados à vida acadêmica, procurando adquirir conhecimento . Mas, além da busca do saber, acaba-se conhecendo pessoas e fazendo-se vários amigos, os quais deixarão saudades e também boas lembranças.

Assim, gostaria de dedicar meus agradecimentos :

A DEUS, por me dar sabedoria e coragem em todos os momentos difíceis.

A minha mãe, Carmelita, que pela sua persistência e infinita vontade de viver deixou para mim as melhores lições de vida que um homem poderia receber .

A Juliana, minha esposa, que sempre esteve ao meu lado e foi minha grande incentivadora.

Ao professor Guilherme Júlio da Silva, pela compreensão e confiança depositadas em todas as fases deste trabalho.

Aos meus amigos e colegas de turma, pelos momentos de convivência e confraternização compartilhados, especialmente aos amigos Alexandre Marinoni Lacerda e Naila Angela Dubiel, os quais, com seus conhecimentos, me ajudaram a dar os passos para a conclusão desta monografia.

Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

“Ninguém sabe ainda a quem caberá no futuro viver nessa prisão, ou se, no fim desse tremendo desenvolvimento, não surgirão profetas inteiramente novos, ou um vigoroso renascimento de velhos pensamentos e idéias, ou ainda se nenhuma dessas duas – a eventualidade de uma petrificação mecanizada caracterizada por esta convulsiva espécie de autojustificação. Nesse caso, os “últimos homens” desse desenvolvimento cultural poderiam ser designados como “especialistas sem espírito, sensualistas sem coração, nulidades que imaginam ter atingido um nível de civilização nunca antes alcançado”.

Max Weber,
em “A ética protestante e o espírito do capitalismo”.

SUMÁRIO

Lista de Siglas Utilizadas.....	09
Lista de Quadros e Tabelas	10
RESUMO	11
1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Assunto.....	12
1.2 Tema.....	13
1.3 Problema	13
1.4 Objetivo Geral.....	13
1.5 Objetivos Específicos.....	13
1.6 Justificativa	14
1.7 Delimitação da Pesquisa	14
1.8 Metodologia	14
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	16
2.1 Modalidades de Tributação no Brasil.....	16
2.1.1 Simples.....	17
2.1.2 Lucro Presumido	18
2.1.3 Lucro Real	19
2.2 Procedimentos para escolha e definição da modalidade de tributação	21
2.2.1 Levantamento de orçamento de despesas e receitas do ano.....	21
2.3 Planejamento Tributário Do Imposto de Renda versus Legislação do ICMS em Santa Catarina	24
2.4 O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) nas empresas Industriais Optantes pelo Simples Federal.....	25
2.5 O Imposto sobre Serviços (ISS) e o Planejamento Tributário	26
2.6 Aspectos qualitativos da Informação Contábil.....	27
3 Ações e medidas que as empresas podem tomar para gerar economia tributária	29

3.1	Apuração dos impostos pelo regime de caixa para empresas tributadas pelo lucro presumido.....	29
3.2	Utilização das taxas de depreciação no lucro real.....	30
3.3	Enquadramento das atividades empresariais no lucro presumido.....	30
3.4	Escrituração contábil no lucro presumido	31
3.5	Lucro Presumido versus Lucro Real	32
3.6	Resultado em Conta Alheia.....	33
3.7	Regime de Competências das Receitas	34
3.8	Pagamento de Juros Sobre o Capital Próprio com a TJLP.....	35
3.9	Recuperação de Prejuízos não Operacionais.....	35
3.10	Mesclando Atividades Autônomas versus Prestação de Serviços na forma de Sociedade Civil.....	37
4	CONCLUSÃO	40
5	BIBLIOGRAFIA	42

Lista de Siglas Utilizadas

COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social

PIS/PASEP – Contribuição ao Programa de Integração Social e Formação do Patrimônio do Servidor Público

IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica

CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

ISS – Imposto sobre Serviços

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

LALUR – Livro de Apuração do Lucro Real

IN SRF – Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal

BEFIEEX – Programa de Benefícios Fiscais de Exportação

RPA – Recibo de Pagamento a Autônomo

IRPF – Imposto de Renda Pessoa Física

Lista de Tabelas e Quadros

Quadro I – Limites de Faturamento para as Modalidades Simples e Lucro Presumido

Quadro II – Limites de Receita Bruta e Alíquotas do Simples – Microempresa e Empresa de Pequeno Porte

Quadro III – Bases de Cálculo do IRPJ – Lucro Presumido

Quadro IV – Percentual de Recolhimento do Simples/SC

Tabela I – Orçamento das Atividades para o Ano de 2003

Tabela II – Tributos devidos em cada modalidade sem a Adesão do Estado e Município ao Simples

Tabela III – Tributos devidos em cada modalidade com a Adesão do Estado e Município ao Simples

Tabela IV – Economia Tributária Prevista

Tabela V – Enquadramento da empresa em Atividade de Prestação de Serviços

Tabela VI – Enquadramento da empresa como Atividade Industrial

Tabela VII – Valor da Distribuição de Lucros sem IR na fonte

Tabela VIII – Saldo de Prejuízos não Operacionais na Parte “B” do LALUR

Tabela IX – Comparativo da Tributação de cada Opção e da Diferença Tributária

RESUMO

Anualmente, as empresas brasileiras, após a divulgação das regras do imposto de renda sobre o lucro das pessoas jurídicas para o ano seguinte, efetuam simulações e estudos detalhados para avaliar e conhecer o peso que será exercido nas saídas de caixa da empresa em função do pagamento de impostos e contribuições. A partir de 1996, com o surgimento do Simples Federal, e com as mudanças relacionadas a maneira de tributação das pessoas jurídicas nas modalidades de lucro presumido e lucro real, houve também mudanças na forma de administração do fluxo de caixa de pequenas e médias empresas. O planejamento tributário aparece a partir deste momento como uma necessidade de reduzir, de forma legal, o custo e o impacto do pagamento dos impostos mensais. Diversos fatores atuam para viabilizar este processo de planejamento, tais como enquadramento da atividade da empresa à modalidade que ela pretende aderir, bem como seu faturamento. A partir da contabilidade da empresa é que serão desencadeados os principais estudos e análises para averiguar a melhor opção a ser escolhida. Tem-se por objetivo nesta monografia desenvolver um estudo sobre as formas de tributação do imposto de renda para pequenas e médias empresas, procurando demonstrar, através de planilhas e demonstrativos de cálculo num exemplo teórico, como, a partir do acompanhamento contábil adequado, pode-se estabelecer opções de tributação do imposto de renda, permitindo o controle e a redução das saídas de caixa com pagamento de impostos. A princípio, discorrer-se-á sobre as modalidades de tributação existentes atualmente, apresentando um breve resumo sobre cada uma delas e a seguir será estudado um exemplo teórico, aplicando-se sistematicamente cada maneira de tributação de modo que ao final sejam analisadas e julgada qual se apresentou como melhor alternativa ao exemplo utilizado.

1 INTRODUÇÃO

Nos meios empresariais há uma discussão sobre a necessidade ou obrigatoriedade da escrituração contábil nas pequenas e médias empresas, já que, sob o ponto de vista da legislação de imposto de renda, algumas modalidades de tributação dispensam determinadas exigências mercantis, tais como escriturar os livros diários e levantamento de balancetes e balanços patrimoniais. No entanto, esta não exigência por parte da legislação fiscal não desobriga a empresa de cumprir a legislação comercial, que assim a exige .

Independente do seu porte fica claro que, sem acompanhamento contábil de suas operações, a empresa pode perder o controle sobre a sua realidade econômico-financeira, podendo sofrer com prejuízos não constatados por falta de controle, principalmente de ordem tributária, quando o empresário não se dá conta ou não é devidamente orientado sobre a melhor forma ou modalidade de tributação a ser adotada para sua empresa, visando otimizar os recursos disponíveis e diminuir os desembolsos com pagamento de impostos .

Ao observar a necessidade de auxiliar os empresários a decidirem de forma correta sobre qual modalidade de tributação eles irão aplicar nas suas empresas , pode-se verificar que mesmo alguns profissionais da área contábil desprezam a valiosa fonte de informações que a contabilidade representa no planejamento das ações da empresa, ainda mais no que diz respeito a parte tributária, que se apresenta como fator preponderante em muitos casos de falência ou não continuidade de empresas que não tiveram a correta orientação nesta área e sucumbiram a uma carga de impostos para a qual não tinham capacidade financeira.

1.1 Assunto

Neste trabalho realiza-se um estudo sobre as modalidades de tributação do imposto de renda que atualmente existem, focando o estudo na importância da contabilidade como instrumento fundamental para alicerçar a escolha da modalidade, tendo em vista a intenção da redução do pagamento de impostos de forma legal.

1.2 Tema

O tema a ser desenvolvido nesta monografia será evidenciar como a contabilidade nas pequenas e médias empresas, além de cumprir com a obrigação legal da legislação comercial pertinente, serve como instrumento de decisão no que diz respeito ao planejamento empresarial e principalmente para decidir por qual modalidade de tributação a empresa irá optar, visando sempre o menor impacto no fluxo de caixa da empresa e permitindo a continuidade da empresa .

1.3 Problema

De que maneira pode-se gerenciar a carga tributária das empresas, a fim de diminuir o impacto no fluxo de caixa das empresas com pagamento de impostos, fazendo uso das informações oriundas da contabilidade?

1.4 Objetivo Geral

Demonstrar, com a utilização de exemplo teórico, que, a partir do acompanhamento contábil adequado, pode-se chegar a estabelecer melhores alternativas de tributação do imposto de renda, permitindo melhor planejamento e controle efetivo na tomada de decisões.

1.5 Objetivos Específicos

Para atingir o objetivo geral, têm-se os seguintes objetivos específicos:

- Demonstrar a aplicação da contabilidade no que diz respeito ao planejamento tributário das pequenas e médias empresas.
- Estudar e comparar os impactos de cada forma de tributação do imposto de renda, verificando os desembolsos previstos para cada modalidade.
- Verificar, entre as alternativas encontradas na legislação do imposto de renda vigente, a que provoque menor impacto no fluxo de caixa das empresas com pagamento de impostos.

1.6 Justificativa

A presente monografia justifica-se pelo fato de estimular, no campo acadêmico, a valorização da contabilidade como ciência do patrimônio das entidades e como instrumento de acompanhamento da situação econômico – financeira das empresas , através das informações evidenciadas em suas demonstrações.

1.7 Delimitação da pesquisa

Este trabalho limita-se aos objetivos propostos através de pesquisa teórica da legislação e bibliografias pertinentes ao imposto de renda no Brasil, visando analisar os dados através de exemplo teórico.

1.8 Metodologia

Do ponto de vista da natureza deste trabalho, ele se classifica como pesquisa aplicada, tendo em vista que a sua intenção é oferecer um rol de possibilidades para solucionar as questões relativas ao estabelecimento da forma de tributação das empresas quanto á legislação do imposto de renda. Também pode ser conceituado como pesquisa bibliográfica, pois, conforme CERVO E BERVIAN (1983, p. 55) pesquisa bibliográfica é : "[...] uma busca em conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existente sobre um determinado assunto, tema ou problema [...] procurando explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos".

Já no aspecto de seus objetivos ela tem o caráter descritivo, pois assume a forma de levantamento sistemático de dados das modalidades de tributação, visando o estudo da relação entre essas modalidades e o seu impacto nas saídas de caixa com pagamento de tributos. No campo do conhecimento, ele se classifica como um trabalho científico pois, conforme descreve LAKATOS (1986, p. 21) “[...] ele é real, porque lida com ocorrências e fatos[...] pois suas proposições ou hipóteses podem ser comprovadas ou desmentidas através da experimentação e não apenas pela razão”.

Este trabalho também caracteriza-se pelo fato de ser monográfico, segundo assinala MARTINS (1995) , tendo em vista que no mesmo são apresentadas diversas informações, as quais são analisadas e defende-se um ponto de vista através de argumentação. Ele também se

classifica como uma pesquisa bibliográfica no tocante aos procedimentos técnicos adotados, já que baseia-se em parte na matéria legal relativa a legislação de imposto de renda e no material publicado sobre a contabilidade como instrumento de planejamento empresarial.

No que diz respeito a população a ser atingida por esta pesquisa, pode-se dizer que a intenção é produzir uma análise de informações a respeito da legislação de imposto de renda aplicável as pequenas e médias empresas do ramo comercial, industrial e de serviços em geral.

A forma de coleta dos dados para a pesquisa será a análise direta das formas de tributação vigentes do imposto de renda para as pequenas e médias empresas, tabuladas em um mesmo exemplo para fins de comparação dos resultados.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Este capítulo destina-se ao embasamento teórico necessário para o entendimento e realização do referido trabalho, sendo que então apresentam-se as formas ou modalidades de tributação do imposto de renda : Simples, lucro presumido e lucro real.

2.1 Planejamento Tributário e Modalidades de Tributação no Brasil

Se o contribuinte pretende diminuir os seus encargos tributários, poderá fazê-lo legal ou ilegalmente. A maneira legal chama-se elisão fiscal ou economia legal (planejamento tributário) e a forma ilegal denomina-se sonegação fiscal.

Planejamento tributário, segundo o PORTAL TRIBUTÁRIO(acesso : 06.nov/2002)

“O planejamento tributário é um conjunto de sistemas legais que visam diminuir o pagamento de tributos. O contribuinte tem o direito de estruturar o seu negócio da maneira que melhor lhe pareça, procurando a diminuição dos custos de seu empreendimento, inclusive dos impostos. Se a forma celebrada é jurídica e lícita, a fazenda pública deve respeitá-la.”

É sabido que os tributos (impostos e contribuições) representam importante parcela dos custos das empresas, senão a maior. Com a globalização da economia, tornou-se questão de sobrevivência empresarial a correta administração do ônus tributário.

De acordo com ARAÚJO (2001), a carga tributária no Brasil vem crescendo de forma expressiva com o passar dos anos. Em 2000, atingiu seu nível histórico máximo: 32,6% do PIB (Produto Interno Bruto). Ou seja, em torno de 30% do faturamento empresarial é dirigido ao pagamento de tributos. Da somatória dos custos e despesas, mais da metade do valor é representada pelos tributos. Sendo assim, é imprescindível a adoção de um sistema de economia legal, partindo do conhecimento das modalidades de tributação existentes, especialmente do imposto de renda, o qual concentra boa parte do montante dos impostos.

Após a apresentação das modalidades de tributação do imposto de renda, será demonstrado, num exemplo teórico, o impacto, as vantagens e desvantagens de cada uma delas no fluxo da caixa da empresa, observando também aspectos particulares de como fazer economia tributária.

No caso do Brasil, temos na legislação do imposto de renda três opções de modalidade de tributação :

- Simples – voltado para pequena e médias empresas, principalmente comerciais e industriais;

- Lucro presumido e lucro real – mais voltado para médias e grandes empresas.

Essas modalidades possuem limitações quanto ao faturamento anual da empresa, conforme o quadro abaixo :

Quadro I

Limites de Faturamento para as Modalidades do Simples e Lucro Presumido

Modalidade de Tributação	Receita Bruta Anual(R\$)
Simples - Microempresa	120.000,00
Simples – Empresa de Pequeno Porte	1.200.000,00
Lucro Presumido	48.000.000,00

Fonte: Art. 4.º da Lei 10.637, de 30 de dezembro de 2002.

2.1.1 Simples

O Simples, que é voltado para microempresas e empresas de pequeno porte, tem o valor do tributo a ser pago determinado por uma seqüência progressiva de alíquotas, de acordo com o volume de receitas acumuladas ao longo do ano – calendário. Na figura abaixo, pode ser observado que na alíquota do Simples estão incluídos os valores referente ao Programa de Integração Social e Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição Social sobre o lucro líquido (CSLL), Imposto de Renda da pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição previdenciária patronal devida ao INSS. Considerando que a unidade federativa e o município onde está situada a empresa firme convênio com o Governo Federal, a alíquota é majorada em percentuais que variam entre 1 a 3,5%, para Simples - microempresa e Simples- empresa de pequeno porte, respectivamente. Caso não haja convênio, o valor correspondente ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços(ICMS) e ao Imposto sobre Serviços (ISS)

deverão ser apurados e pagos á parte. Se o produto da empresa for tributado pelo Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o percentual será acrescido em mais 0,5%.

Quadro II
Limites de Receita Bruta e Alíquotas do Simples
Microempresa e Empresa de Pequeno Porte

	Percentuais sem ICMS/ISS	Percentual IPI	Percentuais ICMS/ ISS	Percentuais Total
Microempresa				
Até R\$ 60.000,00	3,0%	0,5%	1,0%	4,5%
de R\$ 60.000,01 a R\$ 90.000,00	4,0%	0,5%	1,0%	5,5%
de R\$90.000,01 a R\$ 120.000,00	5,0%	0,5%	1,0%	6,5%
Empresa de Pequeno Porte-EPP				
Até R\$ 240.000,00	5,4%	0,5%	2,5%	8,4%
de R\$ 240.000,01 a R\$360.000,00	5,8%	0,5%	2,5%	8,8%
de R\$ 360.000,01 a R\$480.000,00	6,2%	0,5%	2,5%	9,2%
de R\$ 480.000,01 a R\$600.000,00	6,6%	0,5%	2,5%	9,6%
de R\$ 600.000,01 a R\$720.000,00	7,0%	0,5%	2,5%	10,0%
de R\$ 720.000,01 a R\$840.000,00	7,4%	0,5%	3,5%	11,4%
de R\$ 840.000,01 a R\$960.000,00	7,8%	0,5%	3,5%	11,8%
de R\$ 960.000,01 a R\$1.080.000,00	8,2%	0,5%	3,5%	12,2%
R\$ 1.080.000,01 a R\$1.200.000,00	8,6%	0,5%	3,5%	12,6%

Fonte: Art. 9.º da Lei 9.317, de 05 de dezembro de 1996.

Na modalidade do Simples há restrições quanto ao enquadramento das empresas que exploram determinadas atividades, tais como :

- Prestação de serviço de profissão legalmente regulamentada;
- Locação de Mão de Obra;
- Atividades Imobiliárias e de Incorporação de Imóveis, entre outros.

Essas atividades que não se enquadram na modalidade Simples devem ser enquadradas na modalidade lucro presumido e lucro real, conforme o caso.

2.1.2 Lucro Presumido

Na modalidade lucro presumido, a alíquota do IRPJ a ser aplicada sobre o lucro apurado é de 15% e a da CSLL é de 9% . O lucro é determinado com base em percentuais incidentes sobre a receita bruta por tipo de atividade, conforme é demonstrado abaixo :

Quadro III

Bases de Cálculo do IRPJ – Lucro Presumido

Receitas Produzidas pela Atividade da Empresa	Percentual de Lucro sobre a Receita Bruta
Serviços Profissionais	32,0%
Comércio	8,0%
Indústria	8,0%
Revenda de Combustíveis Derivados de Petróleo	1,6%
<i>Factoring</i>	32,0%
Prestação de Serviços em Geral	32,0%
Prestação de Serviços Hospitalares	8,0%
Transporte de Cargas	8,0%
Demais Serviços de Transporte, exceto carga	16,0%

Fonte: Lei 9.249, de 26 de dezembro de 1995.

Quando o lucro da empresa exceder o valor de R\$ 20.000,00 em cada mês ou R\$ 60.000,0 em cada trimestre, ou R\$ 240.000,00 no ano – calendário, haverá a incidência de 10% sobre o valor a título de adicional de IRPJ. Para determinação da base de cálculo da CSLL, é aplicado o percentual de 12% sobre o valor da receita bruta e então é aplicada o percentual de 9%. Se a empresa auferir receitas que não sejam incluídas nas receitas de prestação de serviços ou de venda de mercadorias (receita de aplicações financeiras, por exemplo), ou que não façam parte do objeto social da empresa, estas deverão ser somadas às bases de cálculo do IRPJ e da CSLL.

2.1.3 Lucro Real

Nesta modalidade, o IRPJ é calculado sobre o lucro apurado na contabilidade, ajustado pelas adições, exclusões e compensações previstas na legislação vigente. O imposto de renda devido é o produto da multiplicação da alíquota de 15% sobre o valor total da base cálculo ajustada, adicionado do valor de 10% sobre a base de cálculo que exceder o valor de R\$ 20.000,00 em cada mês ou R\$ 60.000,0 em cada trimestre, ou R\$ 240.000,00 no ano – calendário.

A CSLL é aquela resultante da aplicação da alíquota de 9% sobre o lucro apurado na contabilidade financeira ajustado pelas adições, exclusões e compensações disciplinadas pela legislação específica.

A sistemática de tributação pelo lucro real é disciplinada pelos Art. 246 a 515 do regulamento do imposto de renda (Decreto n. 3.000/99). A partir de 2002, passaram a estar obrigadas à apuração pelo lucro real as pessoas jurídicas (Lei 9.718/98, Art. 14 e Lei 10.637/2002, Art. 4) :

- com receita total superior a R\$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais) no ano calendário anterior, ou proporcional ao número de meses do período, se inferior a doze meses;

- cujas atividades sejam de bancos comerciais, de crédito, caixas econômicas, sociedades corretoras de títulos, sociedades e cooperativas de crédito, distribuidora de títulos e valores mobiliários, empresa de arrendamento mercantil, seguros privados e entidades de previdência privada aberta;

- que tiverem lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundos do exterior;

- que autorizadas pela legislação tributária, usufruam de benefícios fiscais relativos à isenção ou redução de imposto, como por exemplo o programa BEFLEX (isenção do lucro de exportação) e redução do IR pelo programa de alimentação do trabalhador;

- cuja atividade seja do ramo de assessoria creditícia ou compra de direitos creditórios de vendas mercantis ou de prestação de serviços (*factoring*);

- que, no decorrer do ano calendário, tenham efetuado pagamento mensal pelo regime de estimativa, na forma do Art. 2º da Lei n. 9.430/96, para fins de apuração do lucro real em balanço anual.

As pessoas jurídicas, mesmo não obrigadas, poderão optar em apurar seus resultados tributáveis com base no lucro real. Assim , por exemplo, uma empresa que esteja com pequeno lucro ou mesmo prejuízo, não estando obrigada a apurar o lucro real, poderá fazê-lo, visando dessa forma obter economia tributária.

Conceitualmente, lucro real é o lucro líquido do período de apuração ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas pelo Regulamento (Decreto-lei n. 1.598/77, Art. 6).

A determinação do lucro real será precedida da apuração do lucro líquido de cada período de apuração com observância das disposições das leis comerciais (Lei n. 8.981/95, Art. 37, § 1º).

O lucro líquido do exercício referido no conceito acima é a soma algébrica do lucro operacional, dos resultados não operacionais e das participações, e deverá ser determinado com observância dos preceitos da lei comercial. Portanto, o lucro líquido é aquele definido no Art. 191, da Lei n. 6.404/76, porém, sem as deduções do Art. 189 (prejuízos contábeis acumulados e provisão para o imposto sobre a renda).

2.2 Procedimentos de Escolha e Definição da Modalidade de Tributação

2.2.1 Levantamento do Orçamento de Receitas e Despesas do ano

Uma pessoa jurídica contribuinte do imposto de renda que apresente, por exemplo, para o ano de 2003, os valores de receitas conforme estão dispostas mais adiante, pode optar tanto pela modalidade de tributação do Simples, lucro presumido ou lucro real. No entanto, é necessário levar em consideração alguns aspectos, tais como :

- verificar se na legislação específica do imposto de renda há alguma restrição quanto ao enquadramento da atividade da empresa, no que diz respeito ao Simples;
- observar o cumprimento das obrigações acessórias relativas a formalização da modalidade escolhida, sobretudo no caso do Simples.

Após verificado estes aspectos, o próximo passo é a empresa organizar-se no sentido de efetuar um levantamento detalhado de suas receitas e despesas previstas, planejando adequadamente o fluxo de caixa de suas atividades. Isto requer um estudo minucioso de suas atividades, seus prazos de recebimento e pagamento negociados. É importante ressaltar que se torna interessante, para dar melhor consistência ao estudo proposto, que seja feito um levantamento acurado do comportamento dos lucros nos últimos períodos, ou seja, nos últimos três ou quatro anos, conjugado ao orçamento de vendas, custos, despesas e previsão de lucro do próximo exercício.

No exemplo que será visto adiante, está demonstrado o levantamento das receitas e despesas relativas a uma empresa de pequeno porte, dedicada a atividade mercantil com prestação de serviços em geral, a qual pode ser enquadrada nas três modalidades previstas. Para fins de simplificação do exemplo, o valor do ICMS a ser considerado para pagamento será calculado sobre a margem bruta de lucro de 40% sobre a venda de mercadorias, com percentual de alíquota de 17%, considerando que as compras são feitas também com alíquota de 17%, fazendo com que o ICMS a ser pago seja a diferença entre o valor de compra e de

venda das mercadorias. O ISS convencionado é de 5% sobre o valor da receita de prestação de serviços .

Em razão de sua organização contábil e financeira, pode estruturar seu planejamento tributário e optar pela forma de tributação que lhe exigir menor desembolso.

A seguir apresenta-se o orçamento das atividades da empresa para o exercício de 2003 :

Tabela I
Orçamento das Atividades para o Ano de 2003

Mês	Venda de Mercadorias	Venda de Serviços	Despesas	Contribuição Previdenciária Patronal	Lucro
Janeiro	42.000,00	12.000,00	39.800,00	3.344,00	10.856,00
Fevereiro	45.000,00	11.000,00	41.900,00	3.217,00	10.883,00
Março	43.000,00	10.000,00	39.150,00	3.854,00	9.996,00
Abril	58.000,00	13.000,00	46.200,00	3.180,00	21.620,00
Maio	40.000,00	11.000,00	36.900,00	3.507,00	10.593,00
Junho	50.000,00	10.000,00	45.100,00	3.995,00	10.905,00
Julho	52.000,00	10.000,00	41.100,00	3.570,00	17.330,00
Agosto	48.000,00	12.000,00	39.500,00	3.425,00	17.075,00
Setembro	40.000,00	9.000,00	36.200,00	3.282,00	9.518,00
Outubro	52.000,00	9.000,00	43.800,00	3.822,00	13.378,00
Novembro	50.000,00	10.000,00	43.400,00	3.870,00	12.730,00
Dezembro	40.000,00	11.000,00	32.200,00	4.120,00	14.680,00
Total	560.000,00	128.000,00	485.250,00	43.186,00	159.564,00

Abaixo, estão apresentados os resultados levantados em cada modalidade de tributação, os quais permitem a escolha daquela que proporciona a menor saída de caixa.

Tabela II

Tributos Devidos sem a Adesão do Estado e Município ao Simples

Modalidade de	Total do valor correspondente ao Simples ou Cofins, Pis, imposto de renda	Contribuição Previdenciária		Total de
Tributação	e Contribuição Social s/Lucro	Patronal	ICMS/ISS	Tributos
Simples – EPP	48.160,00	0,00	44.480,00	92.640,00
Lucro Presumido	45.406,40	43.186,00	44.480,00	133.072,40
Lucro Real	63.407,36	43.186,00	44.480,00	151.073,36

Tabela III

Tributos Devidos com a Adesão do Estado e Município ao Simples

Modalidade de	Total do valor correspondente ao Simples ou Cofins, Pis, imposto de renda	Contribuição Previdenciária		Total de
Tributação	e Contribuição Social s/Lucro	Patronal	ICMS/ISS	Tributos
Simples – EPP	65.360,00	0,00	0,00	65.360,00
Lucro Presumido	45.406,40	43.186,00	44.480,00	133.072,40
Lucro Real	63.407,36	43.186,00	44.480,00	151.073,36

Pode-se observar no exemplo acima que, mesmo para o caso de haver convênio ou não do Estado e Município para o Simples, esta modalidade foi a que se apresentou com menor previsão de desembolso de caixa, tanto em relação ao lucro presumido como também ao lucro real. Em relação a modalidade lucro presumido, a economia prevista no Simples em relação a ele é de R\$ 40.432,40 para o caso de Estado e município não conveniados ao Simples, enquanto no caso de existir o convênio, a economia é de R\$ 67.712,40.

Em relação a modalidade lucro real, a economia prevista no Simples em relação a ele é de R\$ 58.433,36 para o caso de Estado e município não conveniados ao Simples, enquanto no caso de existir o convênio, a economia é de R\$ 85.713,36.

A diminuição de desembolsos na modalidade Simples é maior também em função dele absorver o valor referente a contribuição previdenciária patronal, recolhida ao INSS, a

qual já está inclusa na sua alíquota, ficando para a empresa a responsabilidade de repassar o valor descontado dos empregados.

O exemplo demonstra que a escolha pela modalidade Simples-EPP, na situação demonstrada nas figuras , está relacionado em grande parte com a redução do custo da contribuição previdenciária patronal sobre a folha de pagamento, que é um tributo cujo valor é determinado mediante a aplicação do percentual a que estiver sujeito a pessoa jurídica sobre o valor da folha de pagamento dos funcionários. Na modalidade Simples, seja como micro empresa ou empresa de pequeno porte, este encargo já está incluído no percentual que determina o valor do imposto Simples. Nas demais, deverá ser calculada para pagamento nos prazos previstos na legislação específica.

Já na outra figura, a escolha também leva em conta a redução dos valores de ICMS e de ISS. Portanto, em empresas onde a folha de pagamento seja de pequeno valor e a tributação do ICMS e ISS sejam reduzidas, a escolha poderá ser outra modalidade que não o Simples. Assim sendo, é preciso avaliar de forma cuidadosa a forma de tratamento tributário do Estado e Município em relação ao tipo de empresa ou atividade empreendida.

2.3 Planejamento Tributário do Imposto de Renda versus Legislação do ICMS do Estado de Santa Catarina

No exemplo apresentado como objeto de estudo, foi considerado uma situação onde a adesão de Estado e município ao Simples se dava nos moldes previstos na legislação federal. No entanto, é necessário lembrar que cada Estado e até mesmo município podem apresentar situações de tributação diferenciadas, como é o caso de Santa Catarina, onde a tributação do ICMS contempla uma modalidade simplificada de recolhimento do imposto estadual, de acordo com a Lei 11.398, de 08 de maio de 2000, a qual, no seu Art. 1º, concede tratamento diferenciado e simplificado de tributação para as pequenas e médias empresas do Estado, configurando uma nova situação de impostos a serem pagos. A forma de enquadramento das empresas nesta modalidade de Santa Catarina e os respectivos valores são demonstrados a seguir :

Quadro IV
Percentuais para Recolhimento do Simples/SC

Faixa de Receita Bruta	% de ICMS-Simples Estadual
Até R\$ 5.000,00 MENSAIS	R\$ 25,00
De R\$ 5.000,01 até R\$ 10.000,00	1,00%
De R\$ 10.000,01 até R\$ 20.000,00	1,95%
De R\$ 20.000,01 até R\$ 40.000,00	3,75%
De R\$ 40.000,01 até R\$ 60.000,00	4,85%
Acima de R\$ 60.000,00	5,95%

Fonte :Art. n. 4 da Lei 11.398, de 08 de maio de 2000

O valor de R\$ 25,00, que aparece para as empresas com receita bruta até cinco mil reais mensais, é fixo e pago mensalmente. Para faturamento superior a este valor, deve ser aplicada a alíquota progressiva prevista na legislação sobre as vendas brutas.

A partir das informações acima, torna-se fundamental a comparação com o valor provável de recolhimento de ICMS na modalidade normal e na modalidade simplificada, de forma a evitar uma opção equivocada. Esse estudo acaba também pode fazer parte do planejamento tributário do imposto de renda da empresa.

Outro fator a ser levado em conta é a manutenção de uma contabilidade como lucro real, por exemplo. O seu custo é mais elevado do que de uma empresa optante pela modalidade Simples, onde as exigências de escrituração e controles são menores. A fim de evitar que a economia tributária seja engolida pelo custo de manutenção da contabilidade, é preciso fazer um comparativo entre os custos e benefícios provenientes de um trabalho de planejamento tributário.

Qualquer que seja o porte, mesmo que necessariamente não precise apresentar escrituração contábil, a manutenção da contabilidade pode trazer até mesmo benefícios fiscais, os quais serão vistos mais detalhadamente no capítulo seguinte.

2.4 O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) nas Empresas Industriais Optantes pelo Simples Federal

A empresa industrial que optar pelo Simples deverá aplicar o percentual de 0,5% sobre a receita bruta mensal para fins de recolhimento da parcela correspondente ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) nesta modalidade, não cabendo o destaque do valor do IPI na nota fiscal. Os créditos derivados da compra de matérias-primas, produtos

intermediários e material de embalagem não podem ser compensados. Por outro lado, o preço final dos bens produzidos por uma empresa optante pelo Simples tende a ficar mais barato e mais competitivo em termos de mercado em função do custo reduzido referente a parcela do IPI do Simples.

Entretanto, uma empresa industrial enquadrada no Simples pode perder a competitividade em outro aspecto : caso seus clientes sejam tributados por modalidades que não o Simples (lucro presumido e lucro real), eles podem preferir comprar o produto de empresas que, apesar de terem o preço mais elevado, ofereçam em contrapartida a possibilidade de se creditar do IPI destacado nas notas fiscais e compensá-lo do imposto incidente sobre as suas vendas.

Esse é um ponto importante a ser avaliado quando da escolha da modalidade de tributação para uma pequena ou média empresa do ramo industrial. É necessário fazer um levantamento da carteira de clientes e avaliar o perfil dos mesmos, verificando se realmente a economia tributária gerada pela opção do Simples não irá se refletir negativamente junto aos clientes no que se refere ao IPI.

2.5 O Imposto sobre Serviços (ISS) e o Planejamento Tributário

Com relação ao Imposto sobre Serviços (ISS) há alguns aspectos a serem levados em conta quando de um estudo para planejamento tributário.

Considerando a legislação do município de Florianópolis como exemplo, pode-se observar que de acordo com o Art. 255 ficam isentos do ISS a prestação de serviços por profissionais autônomos sem qualificação curricular, sem auxílio de terceiros. Por exemplo, uma pequena oficina de funilaria, onde o profissional autônomo trabalhe sem ajudante, está isenta do imposto sobre serviços.

Outro ponto importante é que no caso de sociedades de profissionais de profissão legalmente regulamentada, tais como médicos, advogados, contadores e outros profissionais/serviços constantes no item “b”, § 1º, do Art. 250 da Lei Complementar 007/97, e quando se tratar de serviços sob a forma pessoal de trabalho pessoal do próprio contribuinte, de acordo com o item “a” do § 1º do mesmo artigo, o ISS será calculado em função de fatores que independam do preço dos serviços. No caso de serviços sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o imposto será calculado por meio de alíquotas fixas ou variáveis, em função da natureza do serviço ou de outro fatores, não compreendendo a importância paga a título de remuneração do trabalho. No caso dos serviços prestados em

sociedade por profissionais constantes no item “b”, § 1º, do Art. 250 da lista constante do Art. 256, esta ficará sujeita ao imposto na forma prevista no Art. 251, calculado em relação a cada profissional habilitado, seja sócio, empregado ou não, que preste serviços em nome da sociedade, não importando, para fins de ISS, o valor dos serviços.

Pode-se observar a partir desses exemplos que quando se pretende fazer um planejamento tributário para uma pequena empresa que está iniciando suas atividades, por exemplo, é necessário também observar estes aspectos relacionados a tributação do ISS para obter o melhor enquadramento possível da atividade exercida pela empresa /contribuinte.

2.6 Aspectos Qualitativos da Informação Contábil

As informações contidas na contabilidade servem a todo tipo de usuários, os quais fazem uso desses dados de acordo com seus próprios fins, seja para análise dos resultados obtidos ou da evolução patrimonial da entidade, seja para estudos visando planejamentos empresariais, inclusive tributários, incluindo nesse rol de usuários os acionistas, fornecedores, estabelecimentos bancários, ou mesmo o público em geral, e elas precisam estar revestidas de várias características qualitativas, dentre as quais pode-se citar :

- Confiabilidade : Conforme cita KOLIVER (1995, p. 96).

“ Este atributo faz com que a informação contábil seja aceita e utilizada como base de decisões, configurando elemento essencial entre o usuário e a informação. Precisa estar fundamentada na veracidade (o que evita erros e distorções), completeza (abrange todos os pontos relevantes a respeito daquilo que se quer divulgar ou evidenciar) e, finalmente, a pertinência de seu conteúdo, de forma que ele esteja em conformidade com o objetivo pretendido”.

- Tempestividade : A informação contábil, segundo KOLIVER (1995, p. 96), por si só , não basta. Faz-se necessário que ela chegue ao conhecimento das pessoas interessadas de forma tempestiva, ou seja, que esta possa utilizar essa informação para os fins que deseja na hora certa.

- Compreensibilidade : Na opinião de KOLIVER (1995, p. 97).

“A informação contábil deve ser evidenciada da forma mais clara e objetiva possível, permitindo as pessoas, na medida em que se disponham a analisar as demonstrações contábeis apresentadas, compreendam o sentido dela. As eventuais dificuldades ou impossibilidades de compreensão por parte de algum usuário não podem motivar a não divulgação das informações.”

- Comparabilidade : Esta qualidade permite, ainda de acordo com KOLIVER (1995, p. 97)

[...] “que o usuário possa fazer comparações entre demonstrações contábeis de uma mesma entidade ao longo do tempo ou de várias entidades num dado momento, a fim de compará-las e conhecer sua evolução. Ela está amparada na conservação dos aspectos substanciais e formais das informações, sem no entanto significar um entrave para a evolução qualitativa da informação contábil”.

-

Ainda na condição de ciência social, a contabilidade, através de seus meios e instrumentos, como demonstrações contábeis e financeiras, livros, planilhas, pareceres, prognósticos, descrições críticas ou outras formas utilizadas no exercício da profissão de contador ou exigidos pela legislação pertinente, geram informações que propiciam aos seus usuários base segura para suas decisões, pelo exame do estado em que se encontra a entidade, seu desempenho, sua evolução, riscos e oportunidades que oferece.

Qualquer empresa, seja grande ou pequena, precisa sempre da contabilidade. Mesmo quando não lhe é exigida, a contabilidade é instrumento vital para medir de forma efetiva o desempenho, a evolução da entidade como um todo, tem o papel de fonte de informação gerencial para os proprietários do empreendimento e ainda servir de elemento auxiliar nas possibilidades de redução do imposto de renda que serão apresentadas no próximo capítulo.

3 AÇÕES E MEDIDAS QUE PODEM SER REALIZADAS PELAS EMPRESAS PARA GERAR ECONOMIA TRIBUTÁRIA

A empresa, como contribuinte, pode tomar medidas legais que a favoreçam no âmbito tributário. Nas empresas de contabilidade pode-se encontrar diversas práticas legais usadas por profissionais da área contábil que ajudam na diminuição do montante dos impostos a serem pagos ou ao menos retardar o pagamento dos mesmos, as quais são fruto da pesquisa dos contadores e dos consultores especializados na legislação pertinente ao assunto. É importante lembrar que qualquer idéia apresentada precisa, para ser implantada, seguir rigorosamente a legislação vigente, aplicável ao tributo ou imposto em questão, a fim de dar a segurança necessária e a eficácia da economia fiscal pretendida. Sendo assim, elenca-se a seguir algumas dessas práticas utilizadas, extraídas do PORTAL TRIBUTÁRIO (acesso em 06.nov/2002).

3.1 Apuração de Impostos pelo Regime de Caixa para Empresas Tributadas na Modalidade Lucro Presumido

De acordo com a Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal (IN SRF) 104/98, as empresas tributadas pelo lucro presumido podem apurar a base de cálculo dos impostos pelas receitas efetivamente recebidas. Para isso, é necessário cumprir algumas condições, a saber :

- a emissão da nota fiscal seja feita por ocasião da entrega do bem ou da conclusão do serviço;
- registrar, no livro caixa, as notas fiscais individualmente a cada recebimento;
- na contabilidade, registrar em conta específica os recebimentos, a cada nota fiscal.

Por exemplo, se uma empresa prestadora de serviços tem, em 30.09.2002, um valor a receber de R\$ 50.000,00, poderá fazer um pagamento menor de impostos referente a esta competência no valor de até R\$ 4.765,00, como fica demonstrado a seguir :

Tabela IV
Economia Tributária Prevista

IRPJ (15% sobre 32% da base presumida)	R\$ 2.400,00
CSL (9% sobre 12% da base presumida)	R\$ 540,00
PIS (0,65%)	R\$ 325,00
COFINS (3%)	R\$ 1.500,00
Total da Economia	R\$ 4.765,00

3.2 Utilização das Taxas de Depreciação no Lucro Real

Com base na IN SRF 162/98, revogada pela IN SRF 181/2002 de 25.07.2002, as seguintes taxas de depreciação (% ao ano) podiam ser praticadas até a data de revogação :

- Caminhões - 25%(e não 20%, como se utilizava)
- Ônibus para transporte de 10 ou mais pessoas – 25%
- Instalações Industriais e Comerciais – 10% (e não 4%, como é usual)

Estes são apenas alguns exemplos que uma vez utilizados, podem diminuir a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social no lucro real.

Resta saber se com a revogação da IN SRF 162/1998 pela IN SRF 181/2002, se a Receita Federal editará nova instrução sobre as taxas de depreciação ou se cada contribuinte poderá fixá-las de acordo com o prazo de vida útil de cada tipo de bem.

3.3 Enquadramento das Atividades Empresariais no Lucro Presumido

No lucro presumido a base de cálculo do imposto de renda é diferenciada para cada ramo de atividade. A diferença é significativa : pode ir de 1,6% a 32% sobre a receita bruta.

Um enquadramento correto da atividade da empresa pode poupar muito imposto, pois para base de cálculo acima de R\$ 20.000,00 /Mês de lucro presumido, há ainda o adicional de imposto de renda de 10%.

Por exemplo, uma empresa que presta serviços de acabamento industrial , que está tributando o imposto de renda sobre uma de 32% da receita, pode viabilizar suas operações de modo a enquadrá-las como industrialização com materiais fornecidos pelo contratante/encomendante (base do IRPJ de 8%). Neste caso a economia pode ser de R\$ 3.600,00 para cada R\$ 100.000,00 faturados, de acordo com o demonstrativo a seguir apresentado :

Exemplo : Empresa com faturamento de R\$ 100.000,00.

Tabela V

Enquadramento da empresa em Atividade de Prestação de Serviços

IRPJ (15% sobre 32% da base presumida)	R\$ 4.800,00
CSL (9% sobre 12% da base presumida)	R\$ 1.080,00
PIS (0,65%)	R\$ 650,00
COFINS (3%)	R\$ 3.000,00
Total de Impostos	R\$ 9.530,00

Tabela VI

Enquadramento da empresa em Atividade Industrial

IRPJ (15% sobre 8% da base presumida)	R\$ 1.200,00
CSL (9% sobre 12% da base presumida)	R\$ 1.080,00
PIS (0,65%)	R\$ 650,00
COFINS (3%)	R\$ 3.000,00
Total de Impostos	R\$ 5.930,00

Outro exemplo pode ser aplicado as empresas exclusivamente prestadoras de serviços nas áreas de intermediação de negócios, administração, locação ou cessão de bens imóveis, móveis e direitos de qualquer natureza; construção por administração ou por empreitada unicamente de mão - de - obra; e prestação de qualquer outra espécie de serviço (exceto hospitalares, de transporte e os prestados por sociedades de profissão legalmente regulamentada), que não estejam obrigadas ao lucro real, poderão tributar seus resultados com base presumida de 16% (e não de 32%), desde que sua receita bruta anual seja de até R\$ 120.000,00 (§ 4 do Art. 519 do regulamento do IR/1999).

3.4 Escrituração Contábil no Lucro Presumido

A escrituração contábil pode ser uma forma de economia fiscal, mesmo para as empresas que estão desobrigadas (perante a legislação fiscal) de escriturarem livros diário e razão.

O motivo é que a legislação do imposto de renda permite que os lucros gerados a partir de 01.01.1996, apurados contabilmente, distribuídos aos sócios, não tenham qualquer retenção na fonte ou na declaração do beneficiário.

Já uma empresa que elabora somente o livro caixa, poderá distribuir lucros sem tributação com limite de isenção (Inciso I do § 2, Art. 48 da IN SRF 93/97).

Exemplo :

Empresa com lucro anual de R\$ 50.000,00 (com contabilidade):

Custo da distribuição de lucros contabilizados : ZERO.

Mesma empresa – com escrituração somente do livro caixa :

Tabela VII

Valor da Distribuição de Lucros sem IR na Fonte

Descrição	Valor
Valor da Base de Cálculo do imposto de renda	R\$ 50.000,00
(-) IRPJ devido	R\$ 7.500,00
(-) Contribuição Social sobre o Lucro devida	R\$ 1.688,00
(-) PIS devido	R\$ 1.016,00
(-) COFINS devida	R\$ 4.688,00
(=) Valor que pode ser distribuído sem imposto de renda na fonte	R\$ 35.108,00

Imposto de renda na fonte sobre a distribuição dos mesmos R\$ 50.000,00 :

$R\$ (50.000,00 - \text{parcela isenta de R\$ } 35.108,00) \times 27,5\% = \text{até R\$ } 4.095,30$

Desta forma, visualiza-se a vantagem de manter contabilidade para escriturar os lucros efetivamente ocorridos, possibilitando-se a economia fiscal do imposto de renda para os sócios.

É recomendável que caso a empresa mantenha somente o livro caixa, opte por escriturar a contabilidade (livro Diário e Razão), já que o custo contábil será pequeno, pois no livro caixa já existe a obrigatoriedade de escriturar toda a movimentação financeira (incluindo conta corrente de bancos e aplicações financeiras – Art. 527 § Único do Regulamento do IR), os quais representam cerca de 90% do movimento contábil. A economia fiscal obtida justificará este procedimento.

3.5 Lucro Presumido versus Lucro Real

Uma questão de vital importância, para as empresas que têm receita bruta anual até R\$ 48.000.000,00 , logo no início de cada ano, é a definição do regime de tributação, para fins de imposto de renda.

Historicamente, conforme consta no Estudo do Perfil dos Declarantes da Declaração de Informações Econômico-Fiscais (DIPJ) de 1999 da SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL (acesso em 02.dez/2002), 80% das empresas optam pelo lucro presumido e 20% pelo lucro real (exclui-se deste número as optantes pelo Simples Federal).

Entretanto, segundo consta no Estudo acima citado, a realidade é que 60% das empresas teriam vantagem de optar pelo lucro real, e somente 40% pelo lucro presumido. Ou seja, metade das empresas que optaram pelo lucro presumido estão, na verdade, pagando mais impostos.

Como tomar esta decisão?

Basicamente, pela rentabilidade (lucro), apurado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro.

Uma empresa industrial ou comercial, que fature R\$ 50.000,00/mês, tem um ponto de equilíbrio entre as duas formas em 9,5% de lucro sobre o faturamento.

Já uma empresa exclusivamente de serviços profissionais, com faturamento mensal de R\$ 40.000,00/mês, tem este ponto equivalente a 24,5%.

Então, projeta-se os resultados do ano, com base no histórico de vendas, custos e rentabilidade. Se o resultado for muito próximo do ponto de equilíbrio fiscal entre lucro presumido e real, dá-se preferência à opção pelo lucro real (que pode permitir planejamento tributário adicional).

3.6 Resultado em Conta Alheia

Os resultados auferidos nas operações de conta alheia são aqueles obtidos pela venda de produtos ou mercadorias pertencentes a terceiros, mediante o pagamento de uma comissão.

O que se tributa, para fins de PIS/PASEP, COFINS, IRPJ, CSLL e ISS é o resultado, ou a comissão obtida com a operação, conforme Art. 31, Lei 8.981/95.

Assim, uma operação de R\$ 100.000 em que há 10% de comissão, a tributação incidirá sobre R\$ 100.000 (receita do consignante) + R\$ 10.000 (receita de comissão do consignatário) = R\$ 110.000.

Se houvesse uma operação "normal" de refaturamento do valor, a tributação seria sobre R\$ 90.000 (receita do consignante) + R\$ 100.000 (refaturamento da consignatária) = R\$ 190.000 (diferença de tributação de 72,7%).

Exemplos :

Uma escola, que revende material didático para seus alunos. Basta comprar em nome dos alunos, recebendo a comissão da Editora, mediante acordo.

Uma indústria de borracha e plásticos, que fornece peças acabadas a seus clientes. Compra a matéria prima, por conta e ordem de seus clientes, industrializa-as e fatura somente a diferença.

Uma mecânica de veículos, que executa tanto a aquisição de peças quanto o serviço de manutenção. Apresentará a nota de compra, em nome do cliente, e faturará somente os serviços.

São inúmeras as idéias que, no dia a dia empresarial, podem permitir que o conceito de "resultado em conta alheia" esteja em toda a parte. Nem sempre muito nítidas, mas existentes.

3.7 Regime de Competências das Receitas

Regra geral, as normas de reconhecimentos de receitas, para fins de apuração do IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, observam o regime de competência.

O regime de competência é o reconhecimento das receitas no período em que ocorrerem, independentemente de recebimento ou pagamento. Exemplo: um aluguel recebido antecipadamente, não será reconhecido como receita já no próprio mês de recepção, mas será distribuído em tantos meses quanto abranger o adiantamento.

Na prática, várias situações podem permitir que se reconheçam as receitas por períodos mais longos, fazendo com que os encargos tributários sejam distribuídos ao longo de sua geração.

Exemplos:

Aplicações financeiras com cláusula de juros pré-fixados: os juros serão reconhecidos "pro rata tempore", de acordo com a taxa fixada para a remuneração.

Juros sobre Notas Promissórias a vencer, recebidas de clientes para renegociação de dívidas: não se contabiliza os juros pactuados todos de uma vez, a crédito do resultado do exercício, mas de acordo com o transcurso do tempo.

Serviços, aluguéis e outras remunerações recebidas por períodos distintos de apuração do IRPJ, CSLL, PIS/PASEP e COFINS: parte do valor será considerado como adiantamento de clientes, e outra parte, como receita, de acordo com o período temporal do contrato pactuado.

A postergação do pagamento de tributos, adotando-se o procedimento citado, é significativa. Uma empresa tributada pelo Lucro Real que tenha receita financeira pré-fixada,

e no final do exercício apurar um valor de juros a transcorrer de R\$ 100.000,00, poderá deixar de efetuar o recolhimento até R\$ 37.650,00 em IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

3.8 Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio com a TJLP

As empresas poderão deduzir, para efeitos de apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL, os juros pagos ou creditados individualizadamente a titular, sócios ou acionistas, a título de remuneração do capital próprio, calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação, pro rata dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP (Lei 9.249/95, Art. 9º e Art. 347 do Regulamento do IR) e condicionado à existência de lucros, computados antes da dedução dos juros, ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior ao valor de duas vezes os juros a serem pagos ou creditados

Há retenção na fonte de 15% sobre o valor respectivo.

Desta forma, ganha-se no planejamento seguinte:

Imposto de Renda: retêm-se 15% dos sócios mas deduz-se integralmente como despesa financeira (dentro dos limites e condições fixados pelo Artigo 347 do Regulamento do IR), podendo reduzir até 25% de IRPJ. A diferença pode resultar em menor imposto de renda de até 10% sobre o valor pago/creditado dos juros.

CSLL: pode deduzir-se até 100% do valor pago/creditado, dentro dos limites e condições fixados, podendo economizar até 9% do valor.

Em síntese: a utilização deste planejamento poderá resultar numa economia de até 19% do valor pago/creditado.

3.9 Recuperação de Prejuízos não Operacionais

Prejuízos não operacionais são aqueles decorrentes da alienação de bens ou direitos do ativo permanente. Se, ao final do período de apuração do lucro real trimestral ou anual, houver concomitância de prejuízo fiscal e prejuízo não operacional, ambos deverão ser controlados em folhas distintas na parte B do livro de apuração do lucro real (LALUR).

Os prejuízos não operacionais só poderão ser compensados em período-base subsequente onde for apurado resultado não operacional positivo.

Para fins de planejamento tributário, sempre é interessante estar atento a possibilidade de transferência de prejuízos não operacionais para prejuízos operacionais, viabilizando, assim, uma recuperação mais rápida do direito de compensação dos prejuízos,

independentemente da existência ou não de lucros não operacionais nos exercícios subsequentes.

Isto porque, a parcela dos prejuízos fiscais não operacionais, até o limite dos lucros não operacionais, que não puder ser compensada com o lucro real, seja em virtude do limite de compensação de 30% (trinta por cento) ou de ter ocorrido prejuízo fiscal no período, passará a ser considerada prejuízo das atividades operacionais, podendo, a partir de então, ser compensada sem a análise quanto à composição do lucro (Art. 36, § 10 e §11 da IN SRF 11/96).

Exemplo:

Saldo de Prejuízos não operacionais na Parte "B" do LALUR: R\$ 400.000

Lucro Não Operacional no Período Subsequente: R\$ 300.300

Lucro Real no Período Subsequente (antes da compensação dos prejuízos) R\$ 1.000

Compensação de Prejuízos (30% de R\$ 1.000) R\$ 300

Tabela VIII

Saldo de Prejuízos não operacionais da Parte "B" do LALUR

Saldo Inicial	R\$ 400.000,00
Compensação do Prejuízo com Lucro Operacional	(R\$ 300,00)
Transferência de Prejuízos não Operacionais para Prejuízos Operacionais (R\$ 300.300 Lucro Não Operacional - R\$ 300 compensados)	(R\$ 300.000,00)
Saldo Final	R\$ 99.700,00

O impacto no exemplo é significativo: se houver um lucro real de R\$ 1.000.000,00 no próximo período base, poder-se-á reduzir o IRPJ e a CSLL devidas em até R\$ 102.000,00, já que se estará aproveitando uma compensação de R\$ 300.000 de prejuízos fiscais, que antes eram somente compensáveis com lucros não operacionais.

Base: Art. 511 do Regulamento do IR, IN SRF 11/96.

3.10 Mesclando Atividades Autônomas versus Prestação de Serviços na forma de Sociedade Civil

Os profissionais liberais, organizados em sociedade, podem minimizar parte de seus custos tributários desde que separem as receitas por tipo de cliente.

Para os clientes pessoa física, pode ser interessante fornecer Recibo de Pagamento à Autônomo (RPA), contabilizando o recebimento em livro caixa, sujeito ao carnê-leão (IRPF) mensal. Pode ser vantajoso também fornecer RPA às pessoas jurídicas optantes pelo Simples Federal, no limite da isenção da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) (atualmente R\$ 1.058,00 /mês).

Ao fornecer o RPA, cada sócio será tratado como profissional liberal perante a legislação do imposto de renda, tendo que escriturar o livro-caixa, podendo abater suas despesas operacionais (aluguel, telefone, etc), na determinação da renda tributável. Além disso, o profissional liberal terá parte de sua receita isenta do imposto de renda (atualmente R\$1.058,00/mensais), além de poder deduzir da base de cálculo sujeita ao imposto de renda os gastos com o pagamento da contribuição previdenciária da Guia de Previdência Social individual (GPS individual) e os dependentes.

No lucro presumido não existe a opção de abater as despesas operacionais na base tributável do imposto de renda. Do modo apresentado, pode-se chegar a uma redução do custo tributário em relação à emissão de nota fiscal da sociedade correspondente à :

- 4,80% de IRPJ (lucro presumido)
- 1,08% de CSLL(lucro presumido)
- 3,65% referente PIS/PASEP e COFINS.

Entretanto, a vantagem fiscal é restrita aos recibos emitidos contra pessoa física e pessoas jurídicas optantes pelo Simples Federal (neste caso até o valor de R\$ 1.058,00 mensais por cliente), pois quando o autônomo emite recibos para pessoas jurídicas (não inscritas no Simples Federal) incide INSS à alíquota de 20% para o tomador do serviço, que inviabilizam a economia tributária pretendida.

Para um melhor entendimento, será exposto o seguinte exemplo :

Situação atual : escritório de advocacia, o qual atende pessoas físicas e jurídicas. Têm dois advogados, organizados em sociedade civil e optante pelo lucro presumido.

Faturamento mensal :

- R\$ 5.500,00 de pessoas físicas e pessoas jurídicas optantes pelo Simples Federal (sendo que os honorários destes clientes pessoa jurídica são inferiores a R\$ 1.058,00 mensais);
- R\$ 8.000,00 das demais pessoas jurídicas.

Despesas do livro caixa (aluguel, outros encargos, etc.) : R\$ 3.500,00 /mês.

Comparativo do custo tributário mensal e anual considerando-se :

1ª opção : emitindo-se RPA para as pessoas físicas e pessoas jurídicas optantes pelo Simples Federal e notas fiscais para as demais pessoas jurídicas;

2ª opção : somente emissão de notas fiscais via sociedade civil para todos os clientes.

Tabela IX

Comparativo da tributação de cada opção e da diferença tributária

	1ª opção			2ª opção : NF S/C	Diferença
Discriminação	RPA	NF S/C	Total	NF S/C	de Tributação
Receita Bruta Mensal	5.500,00	8.000,00	13.500,00	13.500,00	
Despesas escrituradas em livro caixa					
Pessoa Física :					
Despesas (Aluguel,etc.)	3.500,00	-	3.500,00	3.500,00	
Base Tributável	2.000,00	8.000,00	10.000,00	13.500,00	
Número de Sócios	2				
Base Tributável por sócio	1.000,00				
Custos Tributários Devidos :					
Imposto de renda pessoa física	-		-		
Imposto de renda lucro presumido	-	384,00	384,00	648,00	
Contrib. Social s/lucro - lucro presumido	-	86,40	86,40	145,80	
PIS e COFINS	-	292,00	292,00	492,75	
Total Mensal	-	762,40	762,40	1.286,55	
Total /Ano			9.148,80	15.438,60	6.289,80

Observação : neste exemplo, não foram comparadas as opções do ISS, já que cada município tem sua legislação própria, podendo ou não tratar diferentemente as sociedades civis de profissão regulamentada dos autônomos. Assim, é preciso analisar cada caso individualmente. Além disso, é necessário analisar as mudanças trazidas pelo novo Código

Civil, o qual extingue a figura da sociedade civil e institui a sociedade simples e a sociedade empresária.

Pode-se concluir que, pela simples mudança de procedimentos na emissão dos documentos, a economia tributária desta sociedade poderá chegar a R\$ 6.289,80/ano, sem considerar os possíveis reflexos no ISS.

4 CONCLUSÃO

Como ficou demonstrado ao longo deste trabalho são inúmeras as tarefas dos contabilistas, em relação à tributação brasileira. Há grande necessidade de investimentos contínuos em treinamentos especializados em legislação tributária, para o adequado preparo profissional. Tem sido prática, ainda, em muitas empresas, utilizar uma forma de tributação para atender apenas às exigências fiscais, esquecendo-se de que ela pode constituir-se em uma importante ferramenta de controle tributário. A empresa deve realizar planejamento tributário para escolher a modalidade de tributação que legalmente provoque o menor desembolso.

Em geral, o profissional contábil tem demonstrado uma grande preocupação para elaboração do trabalho correto na medida que atenda a legislação e a empresa.

É provável que a reforma tributária, já em tramitação no Congresso Nacional, possa facilitar e minimizar o esforço do profissional contábil nessa área.

Este teve como objetivo principal a apresentação das modalidades tributárias existentes no país onde profissionais buscam as vantagens comparativas principalmente da média e pequena empresa. É preciso que se pense na melhor opção para o cliente contribuinte, pelo que há de melhor para a empresa em termos tributários.

A escrituração contábil e os documentos fiscais são peças fundamentais para qualquer solicitação jurídica eventual, da qual toda empresa em qualquer regime de tributação está sujeita: na fusão, incorporação, falências e concordatas como também no encerramento de suas atividades.

Conclui-se que um trabalho de planejamento tributário tem vital importância no desenvolvimento das atividades das pequenas e médias empresas, permitindo melhor gerenciamento do caixa, possibilitando investimentos para expansão dos negócios a partir da economia tributária gerada com a redução do valor a ser pago com impostos ou com a postergação dos mesmos. Neste contexto, a contabilidade e os controles se apresentam como ferramentas indispensáveis da gestão financeira, levando em consideração que o custo da contabilidade e do planejamento tributário tende a ser, na maioria dos casos, bem menor do que a economia tributária obtida.

Uma constatação importante, que também pode ser registrada, é o grande número de possibilidades de gerar economia tributária sem a necessidade de grandes investimentos, fazendo uso de benefícios fiscais concedidos e para os quais precisa-se apenas cumprir algumas exigências legais e administrativas bastante simples, como, por exemplo : o

pagamento de impostos pelo regime de caixa na modalidade lucro presumido, sendo exigida, via contabilidade, a comprovação dos recebimentos das vendas ou dos serviços prestados.

Outro ponto interessante seria a realização de um trabalho de planejamento tributário real, com os dados de uma empresa em atividade, qual poderia ser alvo de novos trabalhos relacionados ao tema, devendo o mesmo levar em consideração o impacto das mudanças trazidas pelo novo Código Civil.

5 BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Érica. *Carga Tributária: evolução histórica, uma tendência crescente*. Informe-se, Rio de Janeiro, nº 29, p.1-4, julho 2001.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023 : *Informação e documentação – referências : elaboração*. Rio de Janeiro, 2000.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520 : *Informação e documentação – trabalhos acadêmicos : apresentação*. Rio de Janeiro, 2001.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724 : *Informação e documentação – trabalhos acadêmicos : apresentação*. Rio de Janeiro, 2001.

BRASIL. (Constituição/1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: Brasília /DF : Senado, 1988. Organização do texto: Roque Carrazza & Vera Helena de M. Franco. Revista dos Tribunais 1. ed. São Paulo, 1999.

BRASIL. *Decreto n. 3.000, de 26 de março de 1999* – Regulamenta a fiscalização, a arrecadação e a administração do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza. Lex : Diário oficial da União em 27.mar.1999.

BRASIL. *Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966* - Código Tributário Nacional — organização dos textos, notas remissivas e índices por Maria Cristina Zucchi . São Paulo : Rideel, 2000.

BRASIL. *Lei n. 556, de 25 de junho de 1850* - Código Comercial . São Paulo : Saraiva, 1999.

BRASIL, Lei das sociedades por ações. *Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976*. 25. Ed. São Paulo : Atlas, 1996.

BRASIL, *Lei n. 11.398, de 08 de maio de 2000* – Dispõe sobre o tratamento diferenciado para micro e pequenas empresas no campo do ICMS – SIMPLES/SC. Lex : Diário oficial do Estado de SC em 09.mai.2000.

BRASIL. *Lei n. 9.317, de 05 de dezembro de 1996*. Dispõe sobre regime de tributação das micro e pequenas empresas, cria o sistema integrado e simplificado de recolhimento de impostos e contribuições federais – *SIMPLES*, e dá outras providências. Lex : Diário oficial da União em 06.dez.1996.

BRASIL. *Lei Complementar n. 007, de 06 de janeiro de 1997*. Consolidação das leis tributárias do Município de Florianópolis. Lex : Diário oficial do Estado de Santa Catarina em 07.jan.1997.

BRASIL. *Lei n. 9.718, de 27 de novembro de 1998*. Altera a legislação tributária federal. Lex : Diário oficial da União em 28.nov.1998.

BRASIL. *Lei n. 10.637, de 30 de dezembro de 2002*. Dispõe sobre a não - cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), nos casos que especifica; sobre o pagamento e o parcelamento de débitos tributários federais, a compensação de créditos fiscais, a declaração de inaptidão de inscrição de pessoas jurídicas, a legislação aduaneira , e dá outras providências. Lex : Diário Oficial da União em 31.dez.2002.

BRASIL, *Lei n. 9.430, de 27 de dezembro de 1996*. Dispõe sobre legislação tributária federal, contribuição para a Seguridade Social, o processo administrativo e dá outras providências. Lex : Diário oficial da União em 28.dez.1996.

BRASIL, *Lei n. 9.249, de 26 de dezembro de 1995*. Altera a legislação do imposto de renda pessoa jurídica, contribuição social sobre o lucro líquido e dá outras providências. Lex : Diário oficial da União em 27.dez.1995.

BRASIL, *Lei n. 9.250, de 26 de dezembro de 1995*. Altera a legislação do imposto de renda pessoa física e dá outras providências. Lex : Diário oficial da União em 27.dez.1995.

BRASIL, *Lei n. 8.981, de 26 de janeiro de 1995*. Altera a legislação tributária federal e dá outras providências. Lex : Diário oficial da União em 23.jan.1995.

BRASIL, *Decreto lei n. 1.598, de 26 de dezembro de 1977*. Altera a legislação do imposto sobre a renda. Lex : Diário oficial da União em 30.dez.1977.

BRASIL, *Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal (SRF) n. 104, de 24 de agosto de 1998*. Estabelece normas para apuração do lucro presumido com base no regime de caixa. Lex : Diário Oficial da União em 26.ago.1998.

BRASIL, *Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal (SRF) n. 11, de 21 de fevereiro de 1996*. Dispõe sobre a apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas a partir do ano calendário de 1996. . Lex : Diário Oficial da União em 22.fev.1996.

BRASIL, *Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal (SRF) n. 93, de 24 de dezembro de 1997*. Dispõe sobre a apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas a partir do ano calendário de 1997. . Lex : Diário Oficial da União em 29.dez.1997.

BRASIL, *Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal (SRF) n. 162, de 31 de dezembro de 1998*. Fixa prazos de vida útil e taxas de depreciação dos bens que relaciona. Lex : Diário Oficial da União em 07.jan.1999.

BRASIL, *Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal (SRF) n. 181, de 25 de julho de 2002*. Revoga a Instrução Normativa SRF 162, de 04 de novembro de 1988. Lex : Diário Oficial da União em 26.jul.2002.

CERVO, A. L. & BERVIAN, P. A. ***Metodologia Científica: para uso dos estudantes universitários***. 3. ed., São Paulo, McGraw Hill do Brasil, 1983.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO — Fundação Instituto de Pesquisa Contábeis, Atuarias e Financeiras – FIECAFI. *Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações*. São Paulo: Atlas, 2000, 5º ed.

FRANÇA, José Antonio de. *O impacto de tributação no fluxo de caixa das empresas*. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, n. 113, p. 24-31, set./out. 1998.

GIL, A. C. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1988.

KERLINGER, Fred Nichols. *A Natureza da Ciência e da Pesquisa Científica* In : *Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo, 1910, Camara Brasileira do Livro. p. 1-47

KOLIVER, Olívio et al. *Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade*. 9ª ed. , Porto Alegre, 1995, CRC/RS. p. 93-124

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. *Ciência e Conhecimento Científico*. In : *Metodologia Científica*. São Paulo , 1986, Ed. Atlas. p. 17-38

MARTINS, Maria Helena Pires & ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *Os instrumentos do filosofar*. In : *Temas de Filosofia*. São Paulo, 1992, Ed. Moderna. p. 11-25

PORTAL TRIBUTÁRIO. *100 Idéias Práticas de Economia Tributária*. Disponível em : <http://www.portaltributario.com.br> Acesso em : 06.nov.2002.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL . *Perfil do Declarante da Declaração de Informações Econômico-Fiscais (DIPJ) de 1999*. Disponível em : <http://www.receita.fazenda.gov.br> Acesso em : 02.dez.2002.

VEIGA, Alexandre Zoldan da & OLIVEIRA, Valcéllo Lourenço. *Tributação nas empresas, Encerramento de Balanço e atualização de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o lucro líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)*. [Florianópolis], [s.n], 2002 . 82 p.